

BOLETIM INFORMATIVO

PROGRAMA DE INTEGRIDADE



LANÇAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS (PFAA) DO MJSP



Crédito da imagem: Ministério da Igualdade Racial

Foi realizado em Brasília nos últimos dias 26 e 27 de março o 1º Fórum Nacional de Ações Afirmativas. Promovido pelo Ministério da Igualdade Racial, o evento foi palco de debates entre gestores públicos, especialistas, autoridades e representantes da sociedade civil sobre os avanços, desafios e objetivos das políticas afirmativas sob o escopo da equidade material no Brasil.

Como parte das entregas do Fórum, o evento contou com o lançamento dos planos de ação do Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, após a sua aprovação pelo Comitê Gestor e do Ministério dos Esportes. Instituído pelo Decreto nº 11.785 de 20 de novembro de 2023, o PFAA representa um importante instrumento que visa a promoção da igualdade de oportunidades no âmbito da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional por meio do combate a discriminações como étnico-raciais, de gênero e outras.

A implementação do programa ocorre por meio de um plano de ação que deve conter as modalidades de ações afirmativas adotadas por cada órgão, bem como seus objetivos específicos e metas de atendimento do público.

Representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública no dia 27 de março, a Coordenadora Geral de Justiça Racial da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça do MJSP, Priscilla dos Santos Rocha, compôs a mesa junto de representantes do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Esportes. A publicação do plano de ação do PFAA do MJSP depende agora da validação final das medidas previstas no documento pelas respectivas áreas responsáveis. Após essa etapa, o texto será divulgado.

Dia Nacional do Ouvidor



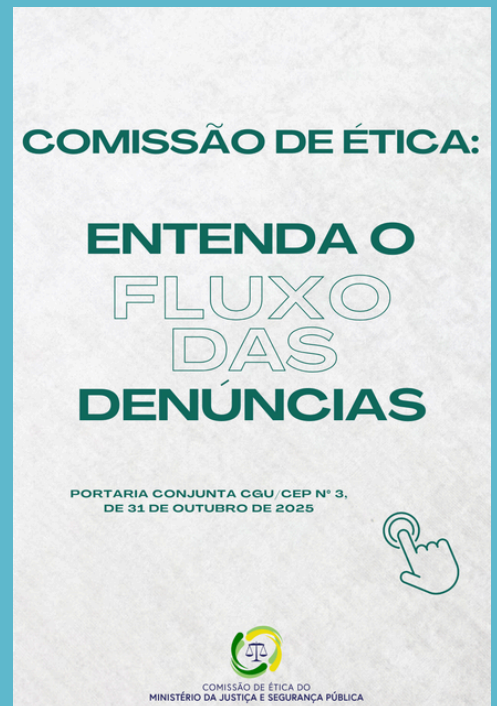
Foi celebrado no último dia 16 de março o Dia Nacional do Ouvidor. A data é um marco de reconhecimento dos profissionais que atuam como elos entre as demandas da sociedade civil e as melhorias por elas provocadas nos serviços públicos disponibilizados pelo Estado brasileiro.

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Ouvidoria-Geral constitui um canal permanente na recepção, orientação e encaminhamento de manifestações, atendendo tanto o público em geral quanto os servidores e demais colaboradores do MJSP.

Localizada presencialmente no térreo do Anexo II do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a unidade de ouvidoria do órgão oferece aos integrantes do MJSP um espaço de acolhimento, apoio e escuta institucional, além de atuar como uma via de interlocução com a alta administração do ministério.

Comissão de Ética

Neste mês, a Comissão de Ética anunciou o tema da próxima **dica ética: FLUXO DAS DENÚNCIAS**



Clique na imagem acima para acessar a Portaria CGU/CEP Nº 3/2025 que traz os fluxos dos sistemas de ouvidoria correção e gestão da ética no Poder Executivo Federal

[Acesse nossa página](#)








Níveis de acesso dos Documentos

Em reforço aos informes internos veiculados no Ministério da Justiça e Segurança Pública pela respectiva Subsecretaria de Administração, por meio de sua Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais ao longo do mês de março, a Assessoria Especial de Controle Interno do MJSP reafirma a importância da correta sinalização dos Níveis de Acesso nos processos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

A AECI lembra a todos os servidores que a atribuição dos adequados níveis de acesso nos processos SEI evita restrições indevidas e protege dados pessoais, atuando como um importante elemento no contexto da mitigação de riscos.

Para além do papel essencial no contexto da segurança de dados, a correta alocação dos níveis de acesso assegura a transparência em conformidade com o estabelecido por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011).

Níveis de Acesso Permitidos:

-  **Público:** Disponível para todos os usuários habilitados e na consulta pública do SEI.
-  **Restrito:** Visível apenas às unidades pelas quais o processo tramitou ou a usuários externos credenciados.
-  **Sigiloso:** Acesso exclusivo a usuários credenciados e indicado por uma chave vermelha no SEI.